

FORÇA-TAREFA INDICARÁ O QUE MUDA NA BR 262

Gov. recua e decide criar grupo para reavaliar concessão

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

O governo federal recuou no “pacote-bomba” de concessão da BR 262, cujo trecho que corta o Espírito Santo terá alto pedágio, perda de investimentos e falta de garantias de conclusão da duplicação em cinco anos, como revelou A GAZETA.

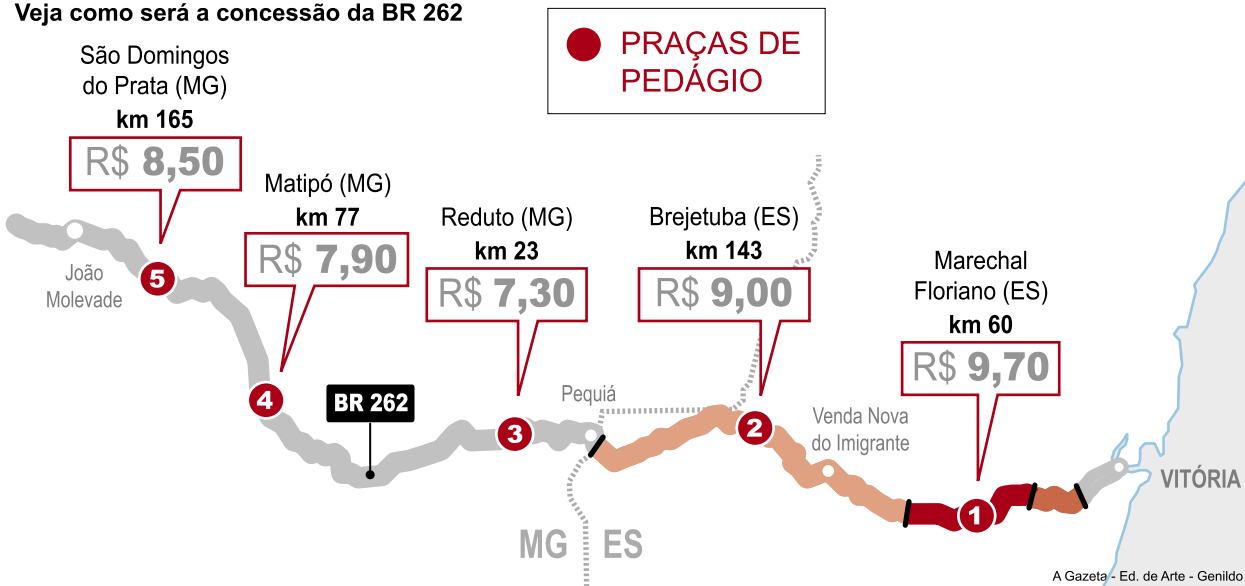
Um dia depois de pressionar em tensa reunião o ministro dos Transportes, César Borges (PR-BA), parlamentares capixabas fizeram ontem a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) criar um grupo de trabalho para reavaliar a modelagem da privatização. Técnicos do ministério, da agência, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) e da Empresa de Planejamento Logístico (EPL) compõem a força-tarefa já em atividade.

Em reunião com a bancada, o diretor-geral da ANTT, Jorge Bastos, admitiu os problemas e marcou para a próxima quinta-feira uma nova rodada para apresentação de propostas por parte do Estado e do governo federal.

“Vamos, com este grupo de técnicos trabalhando, ver se até quinta-feira (dia 22) conseguimos elaborar uma proposta. É bom que vocês também apresentem uma. Sabemos que temos um problema, ninguém aqui é míope para não saber. O que precisamos é encontrar uma solução. O edital já está na rua”, admitiu Bastos. Ele começou o dia recebendo

RODOVIA PRIVATIZADA

Veja como será a concessão da BR 262



PEDÁGIO INJUSTO

R\$ 18,7

nas duas praças do ES
Preço individual, aliás, chega a ser maior que nas três praças mineiras.

ligação do ministro - mas já sabia da polêmica, alertado pelo governador Renato Casagrande (PSB).

Definida ontem à noite, a principal exigência dos parlamentares é “duplicação, sim; pedágio, não” - mas sem defender a exclusão do trecho capixaba no pacote. Abancada exige eliminação total do pedágio, já que a obra será bancada e executada pelo governo federal nos 180 km de Viana até a divisa com Minas Gerais - Estado onde a concessionária



Bancada capixaba teve audiência com diretor-geral da ANTT, Jorge Bastos (C)

é responsável pela duplicação. A tarifa cobrada soma R\$ 18,70 nas duas praças capixabas - o preço individual, aliás, é menor que nas três praças mineiras.

“A ANTT aceitou nosso

encaminhamento e vai estudar uma saída. O governo reconheceu que pode rever o modelo”, destaca o senador Magno Malta (PR). A cobrança de tarifa será imediata no Espírito

Santo, assim que o consórcio cumprir 10% (19 km) de duplicação na faixa mineira, algo previsto para os 18 primeiros meses da concessão de 30 anos.

Críticos dos erros e falhas

do edital, os parlamentares não admitem que o Estado “se sacrifique” para bancar a obra em Minas, muito menos com o histórico traumático da superintendência do Dnit - que vai fazer o trecho capixaba com dinheiro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - em relação a prazos.

Na próxima segunda-feira, a bancada federal deve se reunir para afinar o discurso e formatar soluções. “Vamos definir uma estratégia comum e consolidada junto ao Dnit local e ao governador e levar nossa proposta conjunta na reunião de quinta. A ANTT entende e se dispõe a ouvir nossos reclames”, assinala o deputado Paulo Foletto (PSB), coordenador da bancada.

A ANTT, reitera ele, deixou claro à bancada que já veio do ministério dos Transportes - ao qual é vinculada - a premissa de que a parte capixaba seria executada com recursos federais. O encontro foi uma sequência da reunião com Borges.

“Vamos partilhar as discussões para que ninguém seja padrao do negativo e pai do positivo. Não vai ter aquela grosseria de defender os prazos da obra e os benefícios da ambulância na pista (como foi dito pelo ministro). Estruturante é a duplicação”, frisa Magno.

“Por que vamos pagar pedágio por uma obra que será feita pelo governo federal? Este governo já nos deve muito dinheiro. Não podemos aceitar explorar o máximo do povo”, criticou a deputada Rose de Freitas (PMDB). O leilão está marcado para setembro.

Ministro terá que explicar caso no Senado

▄ O ministro dos Transportes, César Borges, e o diretor-geral da ANTT, Jorge Bastos, terão de explicar os problemas do edital da BR 262 no Senado. Ontem, a comissão de Infraestrutura da Casa aprovou requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB) convocando-os. A

data de comparecimento ainda está sendo definida.

“Toda a obra da 262 no Estado mantinha-se desde 2010 como compromisso orçamentário da União no PAC, diz Ferraço: “Houve licitação do 1º trecho, o vencedor só não assumiu porque o Dnit estava em greve

e programou-se todas as etapas. Não vamos aceitar pedágio em obra pública”.

Sem aval para bancar uma decisão, Borges prometeu levar as reclamações capixabas à presidente Dilma Rousseff (PT) e à ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann (PT), que dita as

regras do pacote de mais de 5 mil km de concessões rodoviárias. Ontem mesmo, técnicos da ANTT se reuniram com o núcleo do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que elabora a privatização.

“Esse modelo (262) teve audiência pública e foi apro-

vado pelo Tribunal de Contas da União. A discussão ficou um pouco extemporânea”, cutucou o ministro na reunião de terça. A deputada Rose de Freitas, porém, cobrou informações para esclarecer se o Espírito Santo não terá investimentos “obrigatórios” no edital.

“O contencioso nos leva a este estado de ânimo. É um sacrifício inexplicável

pagar a obra para Minas. Se a regra da concessão é geral para todo o Brasil, que se olhem as condições locais”.

Parlamentares admitiram como agravante os protestos locais pelo fim do pedágio da Terceira Ponte - que repete o subsídio cruzado contestado na BR 262. Procurado, o governador Renato Casagrande diz que “apenas acompanha”.